

REPERCUSSÕES TERRITORIAIS DO MONOCULTIVO DA CANA DE AÇÚCAR NO ESTADO DO PARANÁ

TERRITORIAL REPERCUSSIONS OF SUGAR CANE MONOCULTURE IN THE STATE OF PARANÁ

Silas Rafael da Fonseca¹

Resumo: O artigo apresenta um panorama sobre a extensão da monocultura de cana de açúcar no estado do Paraná. Metodologicamente nos utilizamos de dados sistematizados em gráficos, tabelas e mapas que indicam os principais municípios produtores, a localização das usinas no estado, bem como seus desdobramentos quanto à concentração da terra e os impactos na produção de arroz e feijão. Podemos ainda destacar o não cumprimento da função social da terra, sobretudo pela presença de trabalho escravo nas usinas do estado do Paraná. Sobre o não cumprimento da função social da terra destaca-se que há previsão legal na Constituição Federal, contudo seu descumprimento não tem sido questionado pelo Estado, mas pelos movimentos sociais de luta pela terra. Conclui-se que o processo de territorialização do capital produtor de cana de açúcar tem gerado várias repercussões territoriais no estado do Paraná que perpassam pelo processo de migração campo – cidade, pela redução na produção de alimentos e pela existência do trabalho escravo contemporâneo.

Palavras chaves: Monocultura; cana de açúcar, territorialização do capital.

Abstract: The paper presents a panorama about the monoculture extension of sugar cane in the state of Paraná. Methodologically, it is used systemized data in graphics, tables and maps that indicate the main producer cities, the location of mills in the state, as well as their unfoldings in terms of land concentration and the impacts in the rice and beans production. It is also possible to highlight the non-compliance of landing social function, overall by the slaving labor presence in the mills of Paraná. About the non-compliance of the landing social function, it is highlighted that there is the legal prediction in the Federal Constitution, yet its non-compliance has not been questioned by the State, but by social movements of landing struggle. It is concluded that the territorialization process of producer capital of sugar cane has created several territorial repercussions in the state of Paraná that pass through the migration field - city process, through the food production reduction and through the existence of contemporary slaving labor.

Key-words: Monoculture; sugar cane; capital territorialization.

Introdução

Quando analisamos a produção agrícola no campo paranaense percebemos que as monoculturas têm importante concentração geográfica, a esse fenômeno e suas expressões

¹ Professor do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: silasfonseca2@gmail.com.

territoriais denominamos de extensão dos monocultivos, trata-se de áreas com produção de *commodities*, ou seja, monoculturas de soja, cana de açúcar, árvores e pastagem.

As monoculturas exercem o controle territorial tendo como base a combinação das esferas econômica-social-ambiental, tais como infraestrutura e logística, setor de serviços, força de trabalho disponível e apropriação privada das terras.

Outro aspecto importante que apresentamos a respeito das extensões das monoculturas no Paraná é a redução na área destinada à produção de alimentos, como o arroz o feijão. Ao longo do texto destacamos alguns municípios que lideram ou tem maior representatividade na produção da monocultura de cana de açúcar e faremos uma relação com a produção de arroz e feijão, também indicamos aspectos relacionados à concentração da terra nos principais municípios produtores, bem como as relações de trabalho, denotadas, inclusive, na presença de trabalho escravo.

O artigo pretende apresentar um panorama sobre a extensão da monocultura de cana de açúcar no estado do Paraná e do não cumprimento da função social da terra. Sobre este último elemento destaca-se que este tem previsão legal na Constituição Federal, contudo seu descumprimento não tem sido questionado pelo Estado, mas pelos movimentos sociais de luta pela terra.

A extensão da monocultura de cana de açúcar no estado do Paraná

No Brasil a produção da cana de açúcar exerce forte domínio territorial no que podemos denominar de região Centro-Sul, além da tradicional Zona da Mata Açucareira no Nordeste brasileiro. Entretanto, os dados indicam que as maiores áreas plantadas e efetivos de produção encontram-se, respectivamente, nos estados de São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Paraná (Tabela 1), com destaque para o estado de São Paulo, que na safra 2016/2017, respondeu por 52% da área plantada e 56% do total produzido no país.

Tabela 1 - Área plantada e produção de cana de açúcar por estados que mais plantaram e produziram na safra 2016/2017

	Área plantada (mil ha)	Produção (t)	Açúcar (t)	Etanol (l)
São Paulo	4.773,2	369.925,1	24.059,8	13.702.767,0
Goiás	962,6	67.626,8	2.101,7	4.400.950,0
Minas Gerais	853,1	63.670,3	3.992,2	2.657.455,0
Mato Grosso do Sul	619,0	50.292,0	1.734,8	2.709.300,0
Paraná	617,7	42.216,7	3.205,7	1.401.270,0

Fonte: CONAB, 2017. Org.: Silas Rafael da Fonseca, 2017.

Muito embora a participação na produção e área plantada seja discrepante quando se compara o estado de São Paulo em relação a Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Paraná, é importante indicar que, de acordo com a CONAB, a área plantada e a quantidade produzida de cana de açúcar têm aumentado a cada safra nos estados que lideram a produção, o que representa a tendência de concentração da produção de cana de açúcar nestes estados e um indicativo de ampliação das áreas cultivadas. Isso significou, no caso do Paraná, passar de 410,9 mil hectares, produzindo 28.504,9 toneladas na safra 2005/2006, para uma previsão de 624,6 mil hectares com estimativa em produzir 39.947,4 toneladas na safra 2017/2018. Do total produzido no estado, ainda segundo a CONAB, 52% é destinado à produção de açúcar e 42% de etanol.

Quando analisamos a localização da área plantada de cana de açúcar no Paraná (Tabela 2), é possível constatar que esta se concentra, predominantemente, no Noroeste do estado, seguido pelo Norte Central e Norte Pioneiro, que vão compor territorialmente a área da cana de açúcar (Mapa 1).

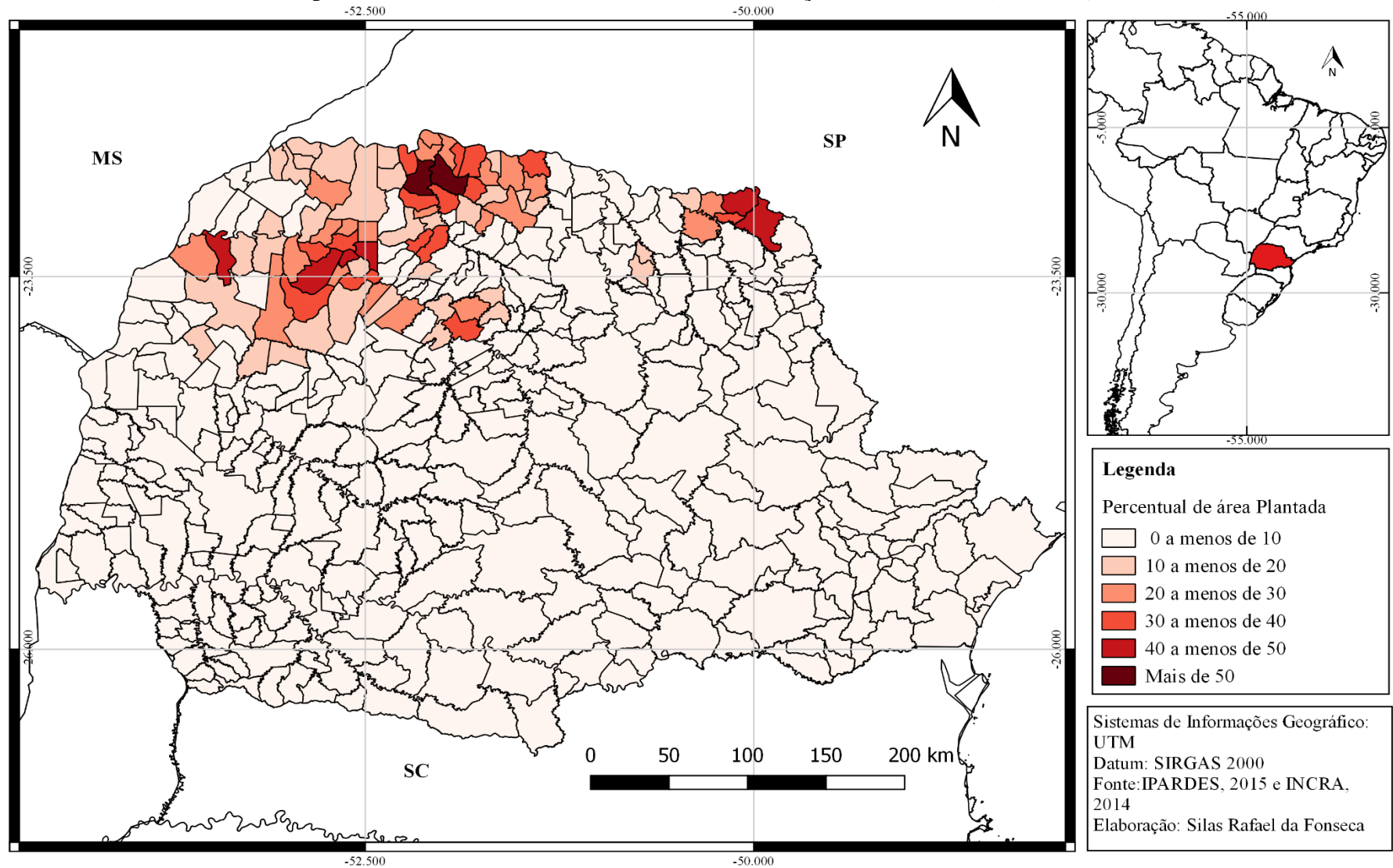
No Mapa 1 está representado o percentual de área plantada (em hectares) de cana de açúcar em relação à área total de cada município (em hectares).

Tabela 2 - Paraná: área colhida de cana de açúcar por mesorregião no ano de 2015

Mesorregião	Área colhida (ha)	Porcentagem
Noroeste	338.223	54,01
Norte Central	168.195	26,86
Norte Pioneiro	86.098	13,75
Centro Ocidental	28.131	4,49
Oeste	2.557	0,41
Sudoeste	1.128	0,19
Metropolitana de Curitiba	820	0,13
Centro-Sul	372	0,06
Sudeste	349	0,05
Centro Oriental	325	0,05
Paraná	626.198	100

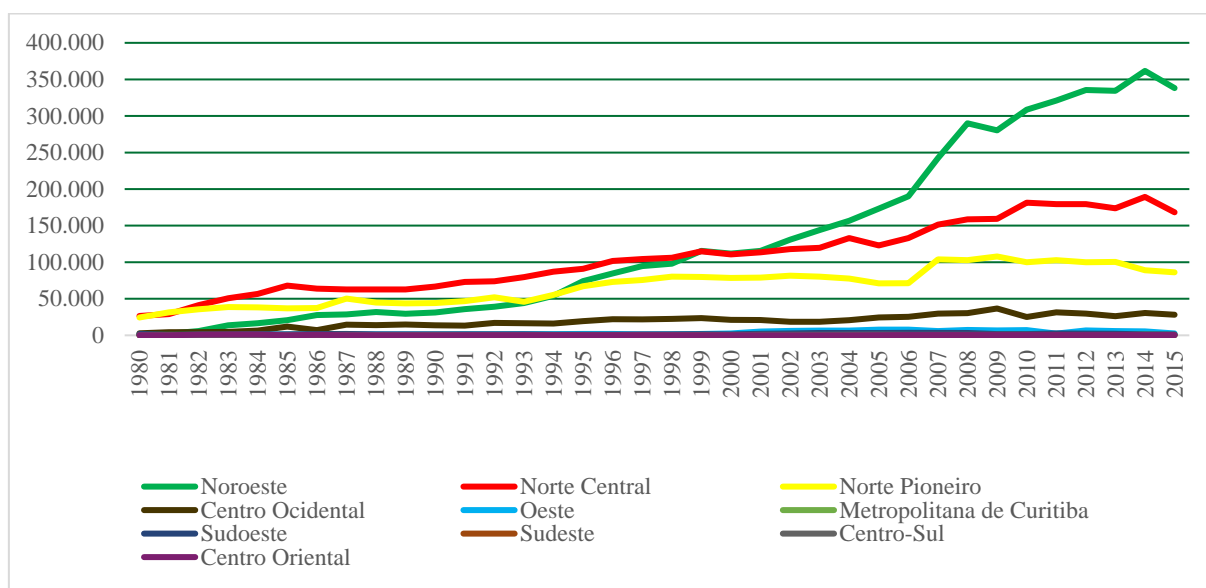
Fonte: IPARDES, 2015. Org.: Silas Rafael da Fonseca, 2017.

Mapa 1 - Extensão da Monocultura da Cana de açúcar no Paraná (Hectares)



Ao considerarmos a série histórica (Gráfico 1), é possível constatar que ao longo da década de 1980 plantava-se mais cana de açúcar, respectivamente, no Norte Central e no Norte Pioneiro, sendo que em meados da década de 1990 o Noroeste passa a ser a segunda maior região em área colhida, ultrapassando o Norte Central na virada do século e, com o registro de pequenos declínios entre uma safra e outra, tem aumentado consideravelmente a área destinada ao plantio de cana de açúcar.

Gráfico 1 - Área colhida de cana de açúcar por mesorregião do estado do Paraná – (1980-2015)



Fonte: IPARDES, 2017. Org.: Silas Rafael da Fonseca, 2017.

É notório o crescimento na área colhida da cana de açúcar no estado a partir da década de 1980, trata-se do período de declínio da lavoura de café e de incentivos governamentais por meio do PROÁLCOOL – Programa Nacional do Álcool, que de acordo com Thomaz Junior (2002) foi estrategicamente construído com a intenção de produzir nacionalmente uma alternativa energética ao petróleo.

Gestado de comum acordo entre capital e Estado o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), instituído pelo Decreto 76.593 de 14/11/1975, resultou no fortalecimento de uma relação secular de privilégios e favores especiais. Isto é, nascido em berço esplêndido, o Proálcool selou a mediação estatal na atividade sucro-alcooleira, indexando à produção de álcool os objetivos centrais, até a reversão desse quando, no final dos anos 80. (THOMAZ JUNIOR, 2002, p. 76).

Não é objetivo deste artigo fazer uma análise detalhada do PROÁLCOOL, contudo é importante sinalizar que tal programa se insere no contexto da tecnificação da agricultura, por

meio da formação de complexos agroindustriais assentados na estrutura fundiária concentrada e na produção de monoculturas, tudo facilitado com forte subsídio financeiro do Estado.

Um exemplo mais recente de financiamento estatal para o setor no Paraná ocorreu com a criação do complexo portuário PASA – Paraná Operações Portuárias S.A., implantado em 2002, no Porto de Paranaguá e que atende a exportação de açúcar de 7 empresas do estado: Renuka Vale do Ivaí S.A., COOPCANA, Sabarálcool, Usaçúcar, COOPERVAL, USACIGA e Goioêre (estas últimas adquiridas pelo grupo Usaçúcar que controla a Usina Santa Terezinha Ltda).

De acordo com Oliveira (2009), em outubro de 2007 foi concluída a construção de um terminal público no Porto de Paranaguá para embarque de álcool, para tanto o Estado investiu R\$13,7 milhões e entregou a utilização, por comodato, à iniciativa privada.

Na sequência apresentamos o Quadro 1 com algumas informações que consideramos importantes para compreender a territorialização da cana de açúcar no Paraná, que no ano de 2017 contava com 30 usinas/destilarias pertencentes a 16 grupos econômicos e cadastradas no MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Nesse cenário, é representativo o processo de concentração e monopólio das usinas de açúcar e álcool no estado do Paraná, com destaque para a Usina de Açúcar Santa Terezinha, pertencente ao Grupo Usaçúcar, com sede em Maringá, que controla 10 unidades no estado (Mapa 2).

Quadro 1- Quadro das empresas ligadas ao setor sucroalcooleiro no Paraná²

Nome	Localização das usinas	Informações gerais
Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda Grupo Usaçúcar Produz Açúcar e Álcool	Maringá	Sede do grupo/escritório corporativo, administrativo, comercial e financeiro. A Usina Santa Terezinha foi constituída no início dos anos 1960 pela família Meneghetti, a partir de um engenho de aguardente localizado no distrito de Iguatemi (Maringá). Entre 1979-1981, através de recursos do PROÁLCOOL - ocorre a ampliação do parque industrial. De acordo com Oliveira (2015) na safra 2013/2014 o grupo Usaçúcar moeu 16,1 milhões toneladas de cana o que rendeu à usina o sétimo lugar no ranking nacional em quantidade de cana moída. É o maior grupo do setor no Paraná.
	Paranacity	Adquirida em 1989.
	Tapejara	Adquirida em 1993.
	Ivaté	Adquirida em 1993.
	Terra Rica	Em 2003 adquire a Fazenda São José e começa o processo de implantação da planta industrial. A cana começa a ser plantada em 2004 e a primeira safra data de 2007.
	São Tomé	Em 2006 adquire a Destilaria de Álcool da Cocamar. Em 2017 foi suspensa a moagem de cana-de-açúcar na unidade e será disponibilizada para as usinas de Rondon e Tapejara. Segundo

² Informações obtidas nos sites das empresas e nos SAC – Sistema de Atendimento ao Consumidor, via telefone.

		nota da empresa, isso se deve “às bruscas alterações de mercado”, no entanto, caso haja mudanças a moagem deve ser retomada na próxima safra.
	Rondon	Em 2008 arrenda as instalações industriais da Coocarol.
	Cidade Gaúcha	Em 2009 arrenda as instalações industriais da Usina Usaciga.
	Moreira Sales	Em 2012 adquire a Usina de Açúcar e Alcool Ltda.
	Umuarama	Em 2013 adquire a Costa Bioenergia Ltda.
Usina Alto Alegre S/A Açúcar e Alcool Produz Açúcar e Alcool	Colombo	Empresa de capital brasileiro, surge com as famílias Junqueira e Figueiredo que migram da região de Ribeirão Preto para Paraná quando investem, inicialmente, na produção de álcool, com o crescimento dos negócios passam a produzir açúcar cristal e depois açúcar refinado. Na década de 1980 inauguram uma planta fabril em Presidente Prudente/SP, é nesse município que se localiza a sede da empresa.
	Santo Inácio	Em 2007 entra em operação a planta fabril produzindo açúcar cristal, álcool e energia elétrica.
	Florestópolis	Adquire em 2010 a Usina da Cooperativa Cofercatu.
Renuka Vale do Ivaí S/A Grupo Shree Renuka Sugars Ltda. Produz açúcar e álcool	São Pedro do Ivaí	Em 1981 é instalada a Destilaria Vale do Ivaí S/A. Em 1989 é criada a Ivaicana Agropecuária Ltda com a finalidade de plantar cana-de-açúcar para abastecer a destilaria. Em 1993, além do álcool passa a produzir açúcar. Em 2010 o grupo indiano Shree Renuka Sugars Ltda, adquire o controle acionário da empresa que passa a se chamar Renuka Vale do Ivaí S/A. É a única usina controlada por capital estrangeiro no Paraná. A Renuka é a quinta maior produtora mundial de açúcar e líder no mercado indiano
	Marialva	Em 2008 adquire a unidade da Destilaria de Alcool da Cooperativa Cocari no distrito de São Miguel do Cambuí em Marialva.
Destilaria Melhoramentos Grupo Cia. Melhoramentos do Norte do Paraná Produz álcool	Jussara	A Destilaria Melhoramentos S/A foi fundada em 1981, é um desdobramento da Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná, empresa responsável pela “colonização” das terras no norte do Paraná. A unidade de Jussara foi instalada em 1983 no contexto do PROÁLCOOL. Atualmente a sede administrativa está instalada em São Paulo.
	Nova Londrina	Em 2012 foi adquirida a unidade da COPAGRA - Cooperativa Agroindustrial do Noroeste Paranaense.
Companhia Agrícola Usina Jacarezinho Grupo Maringá Produz açúcar e álcool	Jacarezinho	Em 1946 foi fundada a Companhia Agrícola Usina Jacarezinho e em 1949 iniciou-se a produção, posteriormente criou-se a Companhia Canavieira de Jacarezinho que planta aproximadamente metade da cana-de-açúcar demandada pela usina, totalizando 12.000 hectares entre terras próprias e arrendadas. Produz açúcar e etanol. Em 2011, a Usina e Companhia Canavieira passam a fazer parte do Grupo Maringá que controla também a Maringá Ferro-Liga S/A, empresa do setor de Siderurgia, cuja sede administrativa está instalada em São Paulo.
DACALDA Açúcar e Alcool Ltda Produz açúcar e álcool	Jacarezinho	Empresa de capital nacional, pertencente a Homero Corrêa de Arruda, que adquire na década de 1960 três fazendas em Jacarezinho. Na década de 1970 é fundada a Corrêa de Arruda Indústria e Comércio de Aguardente Ltda. Com inventivos do PROÁLCOOL, na década de 1980 a empresa se transformou na Dacalda - Destilaria Corrêa de Arruda Ltda.
COOPCANA Produz açúcar e álcool	São Carlos do Ivaí	A Coopcana - Cooperativa Agrícola Regional de Produtores de Cana Ltda também se constitui no contexto do PROÁLCOOL e com o declínio da economia cafeeira no Paraná. A primeira safra

		foi moída em 1982.
COOPERVAL Produz açúcar e álcool	Jandaia do Sul	A COOPERVAL - Cooperativa Agroindustrial Vale do Ivaí Ltda foi constituída em 1980, também no contexto do PROÁLCOOL. Em 1981 inicia-se a construção da destilaria e o plantio de cana-de-açúcar. Na década de 1990 passa a produzir açúcar (além do álcool). Possui áreas de plantio de cana-de-açúcar nos seguintes municípios: Bom Sucesso, Marumbi, Jandaia do Sul, Cambira, Kaloré, Mandaguari, Itambé e São Pedro do Ivaí.
Cooperativa Agroindustrial Nova Produtiva Produz álcool	Astorga	A indústria de etanol Nova Produtiva foi instalada em 1999 e faz parte da Cooperativa Agroindustrial que possui unidades para armazenamento de sacas de grãos nos seguintes municípios: Colorado, Lobato, Santa Fé, Ângulo, Iguaraçu, Sabaúdia e Pitangueiras, além de Astorga.
DASA - Americana Produz álcool	Nova América da Colina	A planta fabril da Dasa – Destilaria Americana terminou de ser construída em 1983, a primeira safra foi em 1984. Em 1996 é constituída a Agrícola Nova América Ltda responsável pelo plantio de cana-de-açúcar. Em 12 de abril de 2011 pede plano de recuperação judicial, com objetivo de escalonar, até 2020, o pagamento da dívida estimada em R\$ 130 milhões.
Clarion Agroindustrial S/A Produz álcool	Ibaiti	A empresa surge em 1988 no estado do Mato Grosso. Em 2008 adquire em Ibaiti, a unidade de produção de Etanol da DAIL – Destilaria de Álcool Ibaiti Ltda. Protocolou em 16 de agosto de 2013 plano de recuperação judicial em virtude das dívidas em torno de R\$ 115 milhões, sendo R\$ 17,2 milhões em dívidas trabalhistas e R\$ 97,8 milhões em dívidas a credores quirografários (aqueles que não possuem garantia real de recebimento de seus créditos caso a empresa decreta falência, é o caso das instituições financeiras. Em Osasco localiza-se a sede da empresa.
USIBAN Produz Açúcar e Álcool	Bandeirantes	A Usina de Açúcar e Álcool Bandeirantes S/A foi fundada em 1941 pela família Meneghel. A primeira safra data de 1943, quando foi produzido açúcar cristal em 1944 começa a produzir álcool. Para atender a demanda de cana-de-açúcar, em 2008, a usina contava com 29 mil hectares plantados de cana.
LUSO Produz álcool	Ventania	Indústria de Bebidas Reunidas Morro Azul. Unidade atualmente está fechada e sem previsão para retorno as atividades.
Sabarálcool S/A Produz açúcar e álcool	Engenheiro Beltrão	Sede da usina instalada em 1982, no contexto do PROÁLCOOL, no Distrito de Ivailândia. As duas unidades da usina foram desativadas no início de 2014.
	Perobal	Em 2012, 125 trabalhadores foram resgatados do trabalho escravo. Desde 2013 a usina deve valores relativos ao arrendamento de terras para proprietários rurais. Em 2015 a usina suspendeu as atividades no município. Em 2017 a unidade industrial foi para leilão por decisão da Vara do Trabalho em Umuarama.
Usina Central do Paraná S/A Grupo Atalla	Porecatu	Foi instalada em 1945. A Usina pertence ao grupo Atalla, que possui usinas de açúcar e álcool no Paraná e São Paulo. O Grupo possui 42 mil hectares de terras nos municípios de Florestópolis, Porecatu, Jaguapitã, Centenário do Sul, Guaraci, Miraselva e Alvorada do Sul. As terras do grupo são focos de constantes conflitos com o Movimentos de luta pela terra que originaram várias ocupações por diversos motivos; improdutividade das terras, trabalho escravo e danos ambientais. Em 2008 foram libertos 228 trabalhadores em condição de trabalho escravo. A unidade da usina foi desativada há aproximadamente 2 anos.

Fonte: OLIVEIRA (2015); MAPA (2017); NOVA CANA (2017); ALCOPAR (2017); Repórter Brasil (2017); COOPECANA (2017); DACALDA (2017); DASA (2017); NOVA CANA (2017); NOVA PRODUTIVA (2017); RENUKA VALE DO IVAÍ (2017); USAÇUCAR (2017); USINA ALTO ALEGRE (2017); USINA JACAREZINHO (2017).

Conforme indica o quadro observa-se que o capital paulista também é importante para a territorialização da cana de açúcar no Paraná, sendo que sete unidades industriais localizadas no estado têm suas sedes no estado de São Paulo, trata-se das três unidades da Usina Alto Alegre, as duas unidades da Destilaria Melhoramentos S/A, a usina da Clarion S/A Agroindustrial, da Companhia Agrícola Usina Jacarezinho (ALCOPAR, 2017).

Os dados indicam que grande parte das empresas produtoras de açúcar e álcool do Paraná iniciaram as atividades no final da década de 1970 e início dos anos 1980, período de grande incentivo estatal por meio do Programa PROÁLCOOL, porém é possível perceber que algumas usinas começaram suas atividades ainda na década de 1940 (caso da Companhia Agrícola Usina Jacarezinho, da Usina Central do Paraná e da Usina Bandeirantes). As informações contidas no Quadro 1 nos permitem distinguir três momentos de expansão do domínio agrário da cana de açúcar, sendo: 1) na década de 1940, trata-se de um movimento ainda incipiente; 2) nas décadas de 1970-1980, quando se percebe um processo de centralização de capitais com a agregação de grupos menores em uma mesma razão social; 3) nos anos 2000, marcado por um novo processo de centralização de capitais, inclusive com a entrada do capital estrangeiro no setor, haja vista, que a maior parte das usinas de cana de açúcar no estado surgiram por iniciativas de grupos/famílias nacionais e/ou por meio de cooperativas.

Com base no Mapa 2 verifica-se que as usinas/destilarias do estado pertencem a 15 grupos econômicos. Cabe destacar que o único município que apresenta duas usinas é Jacarezinho onde estão localizadas as usinas Companhia Agrícola Usina Jacarezinho (5) e DACALDA Açúcar e Álcool Ltda. (6).

Conforme indicamos na tabela a seguir é possível ter a dimensão da representatividade, quanto à apropriação territorial da monocultura da cana de açúcar, ao indicar os municípios que lideraram a estatística de área colhida, em 2015.

Mapa 2 - Municípios sede das usinas de cana de açúcar no estado de Paraná

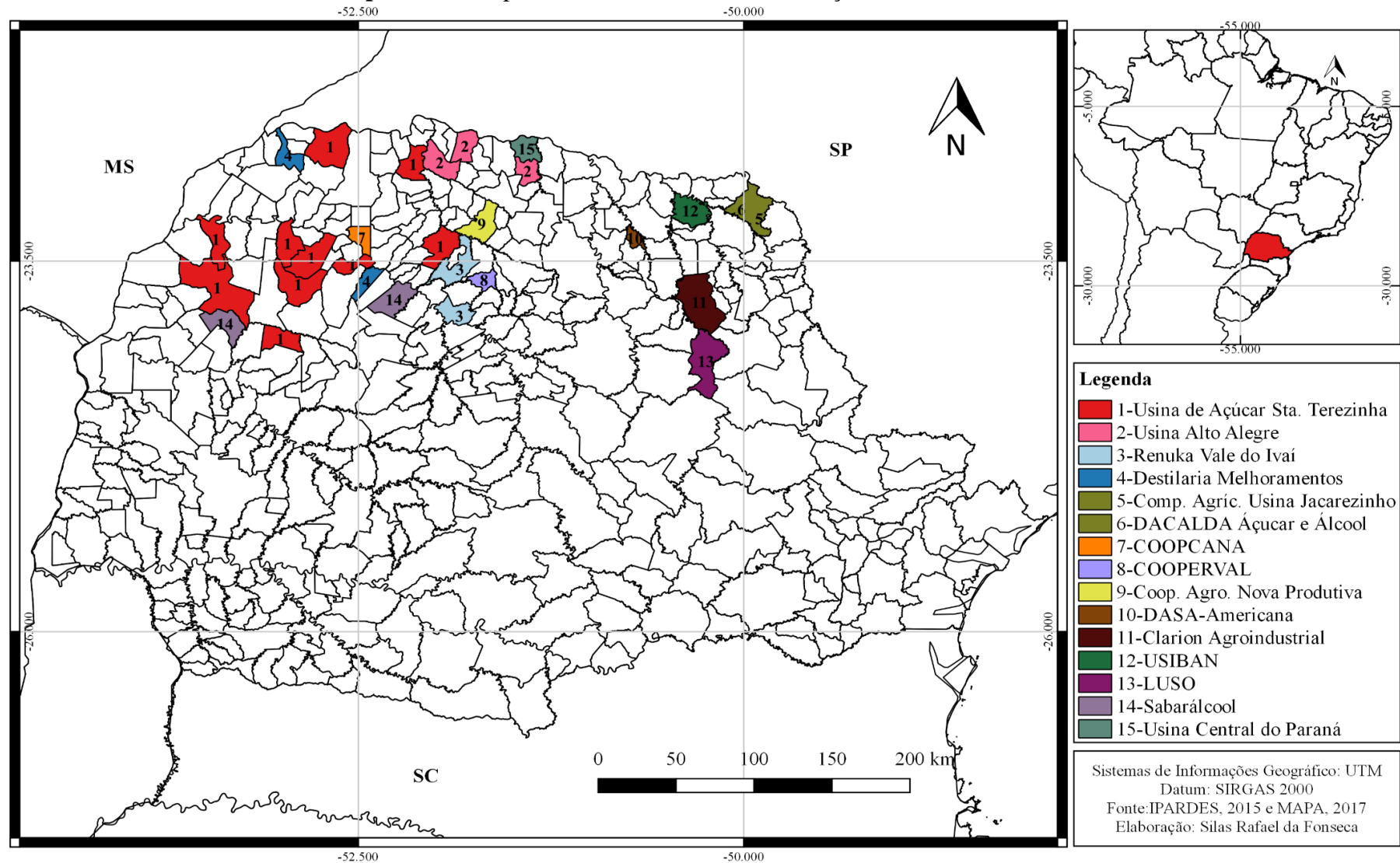


Tabela 3 - Trinta maiores áreas colhidas de cana de açúcar por município no Paraná (2015)

Município	Área colhida (ha)	% comparada a área total do município ³	% comparada a área total colhida no estado
Noroeste Paranaense			
Tapejara	24.378	40,68	3,89
Umuarama	19.302	15,73	3,08
Cruzeiro do Oeste	18.375	23,50	2,93
Rondon	18.179	33,00	2,90
Cianorte	17.609	21,76	2,81
Ivaté	15.657	38,04	2,50
Paranavaí	15.641	13,01	2,50
Paranacity	13.249	38,05	2,12
Tuneiras do Oeste	12.859	18,41	2,05
Icaraíma	11.777	16,98	1,88
Guairaçá	11.485	23,27	1,83
São Tomé	10.617	48,84	1,70
Terra Rica	8.024	11,45	1,28
São Carlos do Ivaí	7.959	35,46	1,27
Mirador	7.823	35,24	1,25
Cidade Gaúcha	7.212	17,87	1,15
Guaporema	7.163	35,68	1,14
Paraíso do Norte	7.114	34,72	1,14
Norte Central			
Colorado	18.358	45,47	2,93
Jaguapitã	10.212	21,34	1,63
Porecatu	9.615	33,11	1,54
Santo Inácio	8.437	27,35	1,35
São Pedro do Ivaí	8.200	25,44	1,31
Centenário do Sul	7.813	21,06	1,25
Lobato	6.951	28,99	1,11
Florestópolis	6.942	27,84	1,11
Norte Pioneiro			
Jacarezinho	25.500	42,28	4,07
Cambará	13.000	35,61	2,08
Bandeirantes	8.360	18,73	1,34
Centro Oriental			
Engenheiro Beltrão	9.452	20,14	1,51
Total	367.263	-	58,65

Fonte: IPARDES, 2015. Org.: Silas Rafael da Fonseca, 2017.

³ Indicamos que por dificuldade em estabelecer a área agricultável, para efeitos comparativos, utilizamos como referência a área territorial dos municípios de acordo com IPARDES, que engloba, além daquela utilizada pela agricultura, pecuária e silvicultura, a área urbana e as destinadas à preservação permanente, bem como os corpos hídricos. Isso significa que a porcentagem da área agrícola ocupada com cana de açúcar está subestimada.

Das trinta maiores áreas colhidas de cana de açúcar em 2015, no Paraná, 29 pertencem a municípios do Noroeste e Norte, sendo que destes; 18 estão no Noroeste, 8 no Norte Central, 3 no Norte Pioneiro e 1 no Centro Oriental (trata-se de Engenheiro Beltrão localizado na área limítrofe entre o Centro Ocidental e o Noroeste). Para além dos trinta municípios equivalerem a 58,65% do total de área colhida no estado, é relevante destacar a representatividade da extensão da monocultura da cana de açúcar, principalmente naqueles em que a área ocupada ultrapassa os 40% do total da área municipal, caso de: São Tomé (48,84%), Colorado (45,47%), Jacarezinho (42,28%) e Tapejara (40,68%).

Ao analisar o Mapa 1 e o Mapa 2, juntamente com Tabela 3, observa-se que das 30 maiores áreas colhidas, 14 estão em municípios que possuem usinas instaladas, condição que mostra a importância da distância entre as unidades e as áreas de produção como um fator significativo para a redução de custos de produção.

As usinas: LUSO, de Ventania, Sabarálcool S/A, de Perobal e Engenheiro Beltrão e a Usina Central do Paraná S/A de Porecatu, em contato via telefone, indicaram não estar mais em funcionamento. No entanto, mesmo com as usinas fechadas esses grupos continuam a se apropriar da renda da terra, já que mesmo sem a usina estar em funcionamento mantém sobre seu controle as áreas com plantio de cana de açúcar, de modo que a cana que era processada nas unidades é comercializada com outros grupos, ou seja, mesmo sem o funcionamento da planta fabril de algumas empresas a cana de açúcar continua se expressar sua territorialidade nos municípios. O que justifica, por exemplo, a permanência de funcionários atendendo os SAC's das empresas.

Os desdobramentos territoriais do monocultivo da cana de açúcar

O processo de expansão territorial da cana de açúcar no Paraná provoca a permanência histórica da concentração de terras nas regiões produtoras, ocasionando um movimento de intensificação das grandes propriedades em detrimento da agricultura camponesa.

Ao analisar o Noroeste do Paraná, Serra (2010) indica que ocorreu um processo de incorporação fundiária no período de 1970-1996, marcado pela diminuição no número de pequenas propriedades e da área territorial ocupada pelas mesmas e, por consequência, o aumento nas unidades e quantidade de terras incorporada por unidades com estrato de área

superior a 100 hectares. Sendo que aqueles com área superior a 500 hectares, dobram, no período, a área ocupada na região.

Na nova fase, marcada pela concentração fundiária, o número de estabelecimentos agrícolas no Noroeste do Paraná cai de 85.410 unidades em 1970 para 30.941 unidades em 1996 [...]. Segundo os Recenseamentos Agropecuários do IBGE, o estrato de menos de 10 hectares perdeu 38.954 estabelecimentos e 223.766 hectares e o estrato de 10 a 20 hectares perdeu 14.418 estabelecimentos e 38.936 hectares no período 1970-1996. Juntos, os dois estratos perderam 53.782 estabelecimentos e 395.536 hectares. As unidades produtivas correspondentes a esses estratos foram incorporadas aos estratos maiores, seguindo a lógica da modernização da agricultura brasileira. Os estratos que se beneficiaram, ampliando número e área ocupada, foram o de 100 a 500 hectares, que no mesmo período cresceu 69% em número e 63% em área e o de 500 a 1.000 hectares, que ampliou em 67% seu número de unidades e em 48% a área ocupada. (SERRA, 2010, p. 97).

Esse processo de concentração de terra e da consolidação do domínio da cana de açúcar se expressa principalmente a partir da crise do café nos anos 1960, que desencadeia um processo de expulsão da população do campo e do aumento populacional no espaço urbano.

No Noroeste, a população, que até os anos 1970 era predominante rural e beirava a casa de um milhão de habitantes, quando o café entra em crise passa a se urbanizar na tentativa de encontrar nos espaços urbanos o emprego que perdeu no espaço rural; não encontrando, se desloca para outras regiões ou outros estados. O resultado desses deslocamentos é de um lado a inversão da população urbana e rural (nos anos 1970, 73,67% da população moravam no campo e em 2000, 77,27% passaram a morar nas cidades) e, de outro lado, o próprio esvaziamento populacional: de um contingente de 962.798 habitantes em 1970, o Noroeste caiu para 641.084 habitantes no ano 2000. (SERRA, 2010, p. 99).

No contexto da consolidação da cana de açúcar no Paraná, pensamos ser oportuna uma análise mais detalhada nos municípios em que a área ocupada pelo *commodity* supera em mais de 40% a área territorial municipal: São Tomé, Colorado, Jacarezinho e Tapejara.

Com base em dados do INCRA (2014), apresentamos a Tabela 4 que indica a estrutura fundiária dos quatro municípios. Nota-se nos municípios a representatividade em número de imóveis com área de até 50 hectares, contudo ao fazer o comparativo entre número de imóveis e percentual de área ocupada em relação àqueles que possuem áreas superiores a 500 hectares, constata-se a concentração fundiária existente nos quatro municípios. Ainda, é preciso chamar atenção para os dados do município de São Tomé, haja vista que registra a existência

de um imóvel com área de 12,7 mil hectares, que equivale a 46,46% do total de área declarada, em imóveis rurais, no município.

É importante fazer uma ressalva quanto aos dados utilizados, uma vez que nos valem os dados do IPARDES para calcular o percentual da área colhida de cana de açúcar nos municípios em relação ao total da área territorial. Para fazer referência à estrutura fundiária dos municípios nos utilizamos de dados do INCRA. Esse esclarecimento é importante pois no que se refere aos municípios destacados, percebe-se que em Colorado o total da área dos imóveis declarados ao INCRA corresponde a 92,5% da área territorial municipal de acordo com o IPARDES. Nos outros municípios, a soma da área declarada dos imóveis é superior à área territorial municipal, em Jacarezinho isso representa 4,13%, Tapejara 4,10% e São Tomé 26,7%.

Tabela 4 - Estrutura fundiária: São Tomé, Colorado, Jacarezinho e Tapejara (2014)

	São Tomé					Colorado				
	Classes de áreas (em ha)	Nº de imóveis	%	Área (ha)	%	Classes de áreas (em ha)	Nº de imóveis	%	Área (ha)	%
	Mais de 0 e menos de 10	259	34,17	1.633,10	5,93	Mais de 0 e menos de 10	295	30,16	1.652,31	4,43
	10 a menos de 50	452	59,64	8.272,15	30,04	10 a menos de 50	521	53,27	12.597,56	33,73
	50 a menos de 100	29	3,82	1.917,79	6,96	50 a menos de 100	88	9,00	6.211,82	16,63
	100 a menos de 500	17	2,24	2.923,18	10,61	100 a menos de 500	68	6,95	11.922,81	31,92
	500 a menos de 1.000	-	-	-	-	500 a menos de 1.000	4	0,41	2.864,40	7,67
	Mais de 1.000	1	0,13	12.797,37	46,46	Mais de 1.000	2	0,21	2.098,90	5,62
	Total	758	100	27.543,61	100	Total	978	100	37.347,81	100
	<hr/>									
	Jacarezinho					Tapejara				
	Mais de 0 e menos de 10	526	46,30	2.880,15	4,59	Mais de 0 e menos de 10	175	22,10	1.118,19	1,79
	10 a menos de 50	431	37,94	9.690,66	15,43	10 a menos de 50	364	45,96	8.645,18	13,86
	50 a menos de 100	87	7,66	6.038,27	9,61	50 a menos de 100	111	14,01	7.723,00	12,38
	100 a menos de 500	69	6,07	14.695,61	23,40	100 a menos de 500	120	15,15	26.021,95	41,70
	500 a menos de 1.000	13	1,15	9.012,38	14,35	500 a menos de 1.000	18	2,28	12.381,26	19,85
	Mais de 1.000	10	0,88	20.484,45	32,62	Mais de 1.000	4	0,50	6.499,90	10,42
	Total	1.136	100	62.801,53	100	Total	792	100	62.389,50	100

Fonte: INCRA, 2014. Org.: Silas Rafael da Fonseca, 2017.

No contexto da expansão da cana de açúcar e do processo de concentração fundiária, também merece análise a dinâmica populacional destes municípios. Nesse sentido, observa-se que nos quatro municípios, no período de 1980-2010, ocorreu o aumento da população urbana em detrimento à forte redução da população que vive no campo, conforme indicamos na Tabela 5.

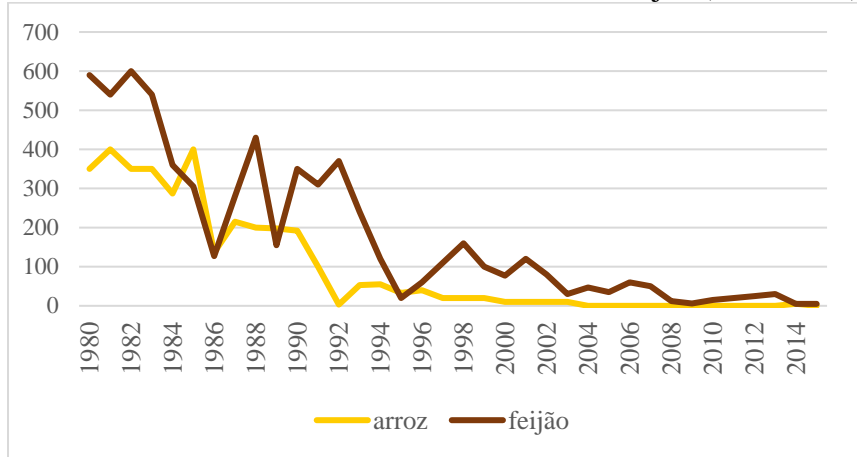
Tabela 5 - Dinâmica Populacional: São Tomé, Colorado, Jacarezinho e Tapejara (1980-1991-2000-2010)

	1980	1991	2000	2010	Variação (%)
São Tomé					
População Total	7.160	5.115	5.045	5.349	-33,85
População Urbana	2.002	2.576	3.744	4.446	54,97
População Rural	5.158	2.539	1.301	903	-471,20
Colorado					
População Total	17.055	18.972	20.957	22.345	23,67
População Urbana	10.313	15.616	18.772	21.005	50,90
População Rural	6.742	3.356	2.185	1.340	-403,13
Jacarezinho					
População Total	38.922	40.858	39.625	39.121	0,50
População Urbana	23.671	30.111	33.515	34.774	31,92
População Rural	15.251	10.747	6.110	4.347	-250,83
Tapejara					
População Total	12.780	12.057	13.120	14.598	12,45
População Urbana	5.454	8.123	10.512	13.166	58,57
População Rural	7.326	3.934	2.608	1.432	-411,59

Fonte: IPARDES, 2017. Org.: Silas Rafael da Fonseca, 2017.

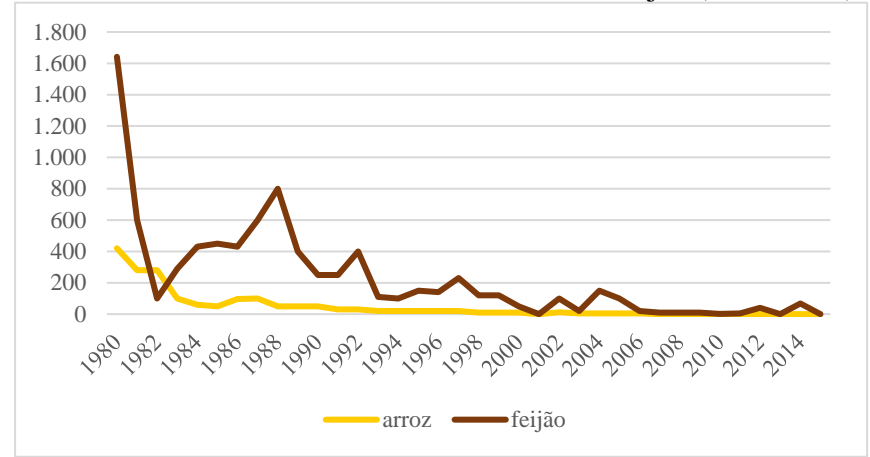
A expressiva diminuição da população do campo combinada com a expansão da cana de açúcar alterou a dinâmica de produção de alimentos nos municípios, principalmente quando se leva em consideração a área colhida de arroz e feijão no período de 1980-2015 (Gráficos 2 a 5). Condição a qual indica, que além da cana de açúcar ter ocupado em grande medida as áreas de plantio de café, também tomou àquelas destinadas ao plantio de arroz e feijão.

Gráfico 2 - São Tomé: área colhida de arroz e feijão (1980-2015)



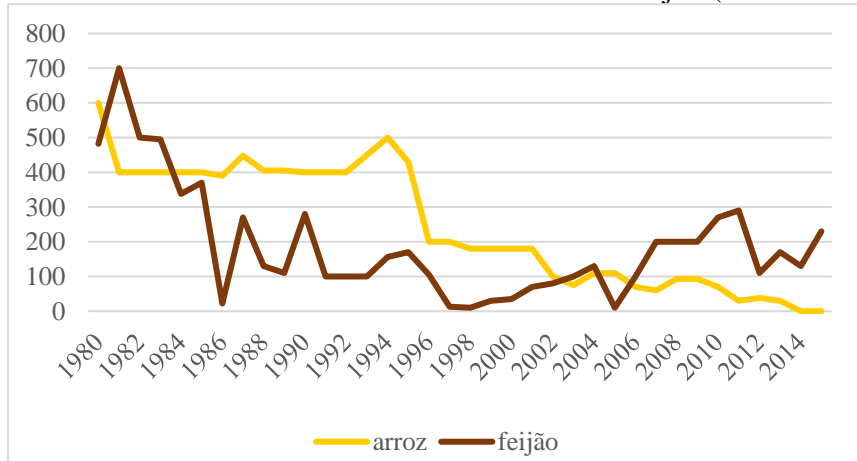
Fonte: IPARDES, 2015. Org.: Silas Rafael da Fonseca, 2017.

Gráfico 4 - Colorado: área colhida de arroz e feijão (1980-2015)



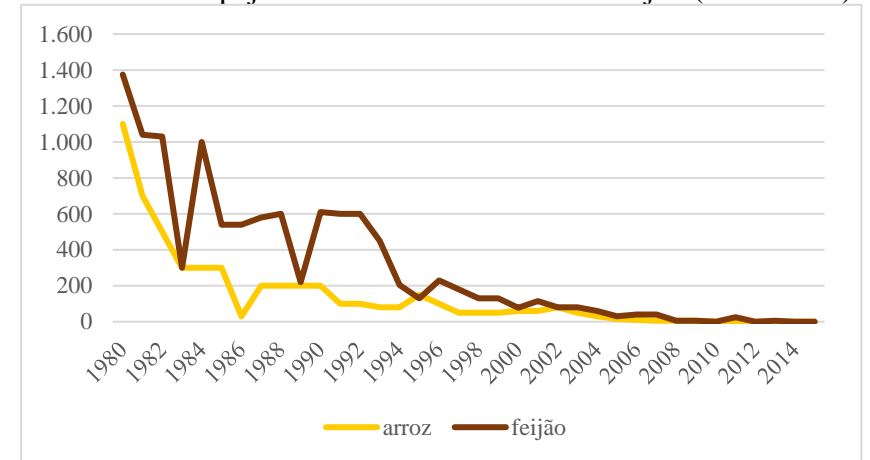
Fonte: IPARDES, 2015. Org.: Silas Rafael da Fonseca, 2017.

Gráfico 3 - Jacarezinho: área colhida de arroz e feijão (1980-2015)



Fonte: IPARDES, 2015. Org.: Silas Rafael da Fonseca, 2017.

Gráfico 5 - Tapejara: área colhida de arroz e feijão (1980-2015)



Fonte: IPARDES, 2015. Org.: Silas Rafael da Fonseca, 2017.

Os dados apresentados nos gráficos 2, 3, 4 e 5 também indicam que o domínio agrário da cana de açúcar provoca a homogeneização do espaço, à medida que se expande sobre extensas áreas de terra negando/inviabilizando outras formas de produção, com especial destaque aos gêneros alimentares. Obviamente que o plantio de tais alimentos não ocupava extensas áreas na década de 1980, todavia o declínio na área plantada ocorreu de forma tão abrupta que eliminou o plantio de arroz e feijão nos municípios, com exceção de Jacarezinho que, em 2015, registrou o plantio de feijão em 230 hectares, menos da metade dos 482 hectares plantados em 1980, nos demais municípios não há dados de sequer um hectare de área plantada dos alimentos base da alimentação dos brasileiros.

Como afirma Serra (2010, p. 100), o novo modelo agrário redesenhou a paisagem agrícola “no lugar do homem morando no campo e produzindo para o mercado e para a sua subsistência [autoconsumo], ficou o campo vazio de gente, lotado de lavouras especializadas; [...] [e pela] concentração tanto na posse quanto no uso da terra”.

Assim, com a crise do café na região intensifica-se a concentração de terras, seguida de um processo de tecnificação da agricultura da região que se sustenta, sobremaneira, na expulsão de populações do campo.

Souza (2017) ajuda na compreensão de que a monocultura de cana de açúcar gera homogeneização da economia e produção nos municípios

A retomada destas observações da dinâmica geográfica do setor sucroenergético são pertinentes, uma vez que a existência de uma unidade agroindustrial do setor em um determinado município, majoritariamente com menos de 20 mil habitantes como tem sido no estado do Paraná, acaba hegemonizando o uso dos solos, absorvendo um considerável contingente da população economicamente ativa, além de interferir para a não diversificação das atividades econômicas devido ao controle dos atributos locacionais para atividades agrícolas e industriais pelos grupos que territorializam seu monopólio nestes municípios canavieiros e em suas adjacências. (SOUZA, 2017, p. 278).

Nessa perspectiva, tais municípios tornam-se dependes da monocultura da cana de açúcar, fazendo com que a dinâmica econômica seja suscetível às oscilações de mercado.

Portanto, a territorialização do monopólio no setor sucroenergético ao se processar de forma em que os grupos monopolistas do setor atuem simultaneamente no controle da terra, do processo produtivo agrícola da cana e do processamento industrial (OLIVEIRA, 2014, p. 2.086), tende a materializar-se em formas espaciais e processos sociais concentradores e centralizadores, onde a dependência dos pequenos municípios canavieiros para com este setor na geração de emprego, renda e arrecadação de tributos,

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index>

acaba expondo-os às típicas crises setoriais, assim como decisões empresariais que podem afetar negativamente a dinâmica econômica local. (SOUZA, 2017, p. 298).

A dinâmica geográfica do espaço agrário nos municípios com processos de expansão da cana de açúcar é reconfigurada pela reconcentração de terra que ocorre após a crise cafeeira. De tal modo, a cana de açúcar no Paraná tem se sustentado no monopólio fundiário, na expulsão da população que vive no campo, na busca pela homogeneização da paisagem, na eliminação/diminuição de áreas destinadas ao plantio de alimentos, nos graves impactos ambientais/degradação das áreas plantadas e, entre outros fatores, nas condições extremamente precarizadas de trabalho, seja no corte de cana de açúcar ou nas unidades industriais, inclusive com ocorrência de casos de trabalho escravo, conforme constatamos em usinas no Paraná.

Os dados sobre trabalho escravo foram coletados junto ao Caderno de Conflitos no Campo da CPT – Comissão Pastoral da Terra.

Na compreensão do que é trabalho escravo, a CPT segue o definido pelo artigo 149, do Código Penal Brasileiro, atualizado pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003, que o caracteriza por submeter alguém a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, ou por sujeitá-lo a condições degradantes de trabalho, ou quando se restringe, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto, ou quando se cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho ou quando se mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho. (CPT, 2016, p.18).

De acordo com a CPT (2008) e Araújo (2008), o primeiro caso data de 12/08/2008 quando 228 trabalhadores foram libertados da condição de trabalho escravo na Usina Central Paraná em Porecatu. De acordo com MPT – Ministério Público do Trabalho, a Usina Central do Paraná é recorrente quando se trata de desrespeito à legislação trabalhista. Em 1997 foram firmados TACs – Termos de Ajustamento de Conduta, porém todos foram descumpridos, condição que levou a atuação da Comissão Móvel de Averiguação do MTE – Ministério do Trabalho e Emprego em parceria com o MPT. Uma das auditoras da referida comissão chegou a afirmar que a Usina Central do Paraná representava a pior condição de trabalho que ela já havia constatado nas usinas de cana de açúcar do Brasil e complementou dizendo não acreditar que a 60 quilômetros de Londrina, em um estado como o Paraná, poderia haver uma situação como essa.

Foram diversas as irregularidades constatadas: a empresa não fornecia água para os trabalhadores beberem, não havia local destinado para os trabalhadores fazerem as refeições, para realizá-las sentavam-se no chão e em caso de chuva “eles seguram o guarda-chuva com uma mão, a marmitta com a outra e comem sentados no meio da lama” (ARAÚJO, 2008, s/p), não era disponibilizada a estrutura de banheiro, os ônibus que faziam o transporte dos trabalhadores não tinham condição de trafegabilidade, dos 52 vistoriados 39 foram proibidos de continuar transportando trabalhadores. Com isso, a estrutura da usina foi considerada irregular, foi proibido o trabalho no corte de cana de açúcar e em outras 15 atividades na planta industrial (ARAÚJO, 2008).

Conforme Araújo (2008), a comissão ainda constatou que trabalhadores chegaram à exaustão física devido a jornada excessiva e as condições degradantes de trabalho. Ainda apuraram que em alguns casos os trabalhadores passavam mal durante o trabalho e a empresa não disponibilizava ambulância e profissionais de saúde para o atendimento.

Em 2012, o MPT e a Usina Central do Paraná entraram em acordo que pôs fim ao processo aberto contra a usina devido às irregularidades trabalhistas constatadas em 2008. Para tanto, a empresa doou “à prefeitura de Porecatu um imóvel, avaliado em R\$ 650 mil, além da quantia de R\$ 350 mil para reforma e aquisição de equipamentos necessários ao funcionamento da unidade de saúde”(MPT, 2012, s/n) Entretanto, a usina não voltou a operar e tem comercializado a cana de açúcar plantada com outras empresas do setor.

Desde a constatação da existência de trabalho escravo na Usina Central Paraná, o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra e outros movimentos de luta pela terra têm pressionado para desapropriar algumas áreas. Uma delas é a Fazenda Variante, localizada em Porecatu, onde os trabalhadores foram libertos. Esta fazenda foi ocupada pelo MST em novembro de 2008 e desde então vem sendo alvo de conflitos na região, uma vez que até então o INCRA não desapropriou a área para fins de reforma agrária, como atesta a Constituição Federal em caso do não cumprimento da função social da terra.

Em março de 2014, cerca de 500 famílias ligadas ao MST ocuparam outro imóvel do Grupo Atalla, que controla a Usina Central do Paraná. Trata-se de uma área com 1.661 hectares denominada de Porta do Céu no município de Florestópolis (SOUZA, 2017).

Outras áreas da Usina Central do Paraná têm sido reivindicadas por movimentos sociais. Em janeiro de 2015, o MST ocupou a fazenda Tabapuã no município de Centenário do Sul (MST, 2015).

Trabalhadores da FETAEP – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado do Paraná ocuparam uma fazenda de 2,5 mil hectares pertencentes ao mesmo grupo no município de Alvorada do Sul, havendo relatos de que foi plantada cana de açúcar às pressas na fazenda para configurar terra produtiva (FOLHA DE LONDRINA, 2015).

O próprio INCRA já constatou a improdutividade em mais de 10 mil hectares de terra vinculados ao Grupo Atalla e Usina Central do Paraná.

A superintendência do Incra no Paraná já vistoriou 22 imóveis que totalizam 32.183 mil hectares de áreas pertencentes ao grupo Atalla. Os imóveis estão localizados nas cidades de Florestópolis, Porecatu, Jaguapitã, Centenário do Sul, Guaraci, Miraselva e Alvorada do Sul. Dos imóveis vistoriados, sete deles, que somam mais de 10,6 mil hectares foram considerados improdutivos pelo órgão. Esses imóveis estão localizados nas cidades de Florestópolis, Jaguapitã, Porecatu, Centenário do Sul e Alvorada do Sul. Dos imóveis improdutivos, quatro áreas estão sub judice na Justiça Federal de Londrina, aguardando perícia judicial, que totalizam 9.581 hectares. O Incra analisa recursos administrativos apresentados pelos proprietários, em relação a outras três áreas, e em respeito ao princípio da ampla defesa e do contraditório, abriu prazos para que os proprietários possam se manifestar. Esses imóveis totalizam 1.100 hectares, com capacidade estimada para assentar de 820 famílias. Os sete imóveis do Grupo Atalla em processo de obtenção, têm capacidade para receber mais de mil famílias. (INCRA, 2014, s/n).

O segundo caso de trabalho escravo em empresas de cana de açúcar foi registrado em setembro de 2012, quando

[...], a fiscalização do MTE e do Ministério Público do Trabalho resgatou 125 trabalhadores da usina Sabarálcool S/A Açúcar e Álcool, em Perobal, no Paraná, de uma situação descrita como “grave demais”. Contratados pelos chamados “gatos” (intermediadores de mão de obra), trabalhadores da Bahia, Pernambuco e Maranhão foram submetidos a péssimas condições de alojamento, transporte e alimentação, eram obrigados a comprar seus próprios instrumentos de trabalho, a contrair dívidas com os contratantes e o comércio local e a trabalhar aos domingos, não tinham descanso mínimo de uma hora durante as jornadas de trabalho, e não tinham o menor controle sobre o pagamento. (REPÓRTER BRASIL, 2013, s/n).

Assim como ocorreu com a Usina Central Paraná, a Sabarálcool havia firmado um TAC em 2007 em decorrência de irregularidades trabalhistas, de modo que a situação de ocorrência de trabalho escravo mostra que o termo não fora cumprido.

De acordo com matéria do Jornal Tribuna de Cianorte (2015), em 2015 pelo menos 20 proprietários de terra que arrendavam suas áreas para o plantio de cana de açúcar destinado à Sabarálcool tentaram uma negociação com a usina por estarem há dois anos sem receber os

valores do arrendamento. Além disso, reclamavam que as terras se encontravam degradadas pela cultura da cana de açúcar de modo que muitos não teriam condições de recuperá-las, além dos casos em que a empresa ao realizar empréstimos financeiros havia assegurado os plantios de cana de açúcar como garantia de pagamento, ao não quitar as dívidas os proprietários poderiam até reaver às terras mas não poderiam utilizá-las, pois a plantaçao pertencia às instituições credoras. Na ocasião, “um representante da Sabarácool informou que uma segunda empresa estava em negociação para assumir a usina de Perobal” (JORNAL TRIBUNA DE CIANORTE, 2015, s/n).

Nessa conjuntura, em 2015, a Usina da Sabarácool suspendeu as atividades de moagem de cana de açúcar nas unidades dos municípios de Perobal e Engenheiro Beltrão⁴ por decisão da Vara do Trabalho de Umuarama a área industrial da empresa em Perobal, totalizando 242.000,00m² e as benfeitorias pertencentes ao complexo agroindustrial da usina avaliados em R\$250.000.000,00 foram a leilão, em primeira data nos dias 26 e 27 de abril, porém não houve lance algum, a segunda data do leilão ocorreu os dias 19 e 20 de julho do mesmo ano e os imóveis também não foram vendidos. (RMMLEILÕES, 2017).

Sobre o imóvel a ser leiloado, de acordo com o Edital do leilão

[...] encontram-se instaladas construções em alvenaria, acessos pavimentados, máquinas e equipamentos que compõe o complexo industrial de processamento de cana de açúcar, com capacidade para beneficiamento de 1,5 milhão de toneladas de cana por ano. Compõem o complexo: Localizada à beira da Rodovia PR 486, possui Trevo de Acesso e Pista Pavimentada até o Parque Industrial e Administrativo, Estacionamento interno; Construções em alvenaria destinadas a Escritórios, Refeitórios, Posto Médico e CIPAT; Balança; Posto de Abastecimento: Borracharia, Centro de Lavagem; Centro de Lubrificação, Oficina Mecânica, Elétrica e Almoxarifado; Barracões em Alvenaria para depósito de materiais; Laboratório Industrial; Barracão de cana, Abastecedor de Cana; Tanques para Destilaria e Fermentação; Reservatórios de Combustível; Caldeira; Casa de Força com dois geradores; Estação de tratamento de água; Equipamentos e Instalações necessárias destinadas ao processamento de cana de açúcar para a produção de Etanol⁵. (RMMLEILÕES, 2017, s/n).

Para além dos dois casos citados da Usina Central Paraná e Sabarácool que não cumpriram a função social da terra, ao se utilizarem de trabalho escravo e ao causarem degradação das terras é importante demarcar outro aspecto importante do monocultivo da

⁴ O fechamento da unidade de Engenheiro Beltrão no mesmo período da desativação ocorrida em Perobal, foi informado no SAC da empresa.

⁵ Disponível em <http://www.rmmleiloes.com.br/leilao/detalhe_lote/423/700/6/2017-07-19%2010:00:00>. Acesso em 05 de julho de 2017.

cana de açúcar, trata-se da territorialização do monopólio que, conforme Oliveira (2015, p. 127), “atua simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária e florestal (silvicultura)”, sobremaneira no setor sucroalcooleiro.

Considerações Finais

Indica-se que o processo de territorialização do capital produtor de cana de açúcar tem gerado várias repercussões territoriais no estado do Paraná que perpassam pelo processo de migração cidade – campo, pela redução na produção de alimentos e pela existência do trabalho escravo contemporâneo.

A territorialização da monocultura da cana de açúcar tem se destacado no Paraná nas regiões Noroeste, Norte Central e Norte Pioneiro, nesse sentido para além dos impactos sociais podemos destacar a influência deste setor na economia dos municípios que se tornam consideravelmente dependentes das usinas, de modo que em momentos de crise do setor sucroalcooleiro tais municípios apresentam dificuldades, sobretudo quanto a geração de emprego e renda, que se refletem na falta de diversidade produtiva.

O processo de territorialização do capital não elimina o controle sobre a terra, mesmo quando as usinas encerram as atividades nas unidades produtivas. Assim, muitas das usinas localizadas no estado do Paraná, mesmo fechadas, continuam produzindo e vendendo cana de açúcar para outros grupos econômicos, ou seja, mantém-se o controle sobre as terras, de modo que os municípios se tornam apenas produtores, isso apresenta importantes rebatimentos à dinâmica territorial do trabalho e à própria dinâmica produtiva agrícola.

Concluimos que a monocultura da cana de açúcar não cumpre a função social da propriedade, leia-se terra, já que a presença de trabalho escravo é um agravo que não condiz com os preceitos que constam na Constituição Brasileira. Entretanto, a justiça brasileira não cumpre com sua obrigação de punir esses proprietários e propriedades que quando não cumprem a função social da terra deveriam ser desapropriadas, ao deixar o latifúndio monocultor sem punição quem tem desmascarado o descumprimento da função social da terra, como pode-se perceber no decorrer do texto, são os movimentos sociais de luta pela terra.

Referências

ALCOPAR. ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE BIONERGIA DOS ESTADO DO PARANÁ. **Associados**. Disponível em <<http://www.alcopar.org.br/associados/relacao.php>>. Acesso em 05 de julho de 2017.

ARAÚJO, Fernando. 14/08/2008. Ministério do Trabalho interdita usina de cana no Norte do Paraná. **Gazeta do Povo**. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/ministerio-do-trabalho-interdita-usina-de-cana-no-norte-do-parana-b4pre3wy918d7poec144qu91q>>. Acesso em 05 de julho de 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 10 de maio de 2017.

CONAB. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Séries históricas**. Disponível em <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252&t=2>>. Acesso em 09 de abril de 2017.

CPT - Comissão Pastoral da Terra. **Caderno Conflitos no campo Brasil 2016**. Goiânia: CPT, 2017. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/downloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14061-conflitos-no-campo-brasil-2016>> Acesso em 23 de novembro de 2017.

CPT - Comissão Pastoral da Terra. **Caderno Conflitos no campo Brasil 2008**. Goiânia: CPT, 2009. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/downloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/242-conflitos-no-campo-brasil-2008>>. Acesso em 23 de novembro de 2017.

DACALDA AÇÚCAR E ÁLCOOL. **A Companhia**. Disponível em <<http://www.dacalda.com.br/companhia.php>>. Acesso em 25 de junho de 2017.

DASA. DESTILARIA AMERICANA S/A. **Plano de recuperação judicial**. Disponível em <<http://www.calc.com.br/pdf/RJ/Dasa/dasa.htm>>. Acesso em 25 de junho de 2017.

FOLHA DE LONDRINA. 11/05/2015. **Fazenda em Alvorado do Sul é ocupada pela oitava vez**. Disponível em <<http://www.folhadelondrina.com.br/geral/fazenda-em-alvorada-do-sul-e-ocupada-pela-oitava-vez-916311.html>>. Acesso em 05 de julho de 2017.

INCRA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. 01/04/2014. **INCRA/PR recebe pauta de trabalhadores rurais**. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/noticias/incrapr-recebe-pauta-de-trabalhadores-rurais>>. Acesso em 05 de julho de 2017.

INCRA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Situação jurídica dos imóveis rurais por classe de área total, em nível de município no estado do Paraná, em 31/12/2014. INCRA, 2014.

IPARDES. INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Banco de dados do estado.** Disponível em <<http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em 25 de junho de 2017.

MAPA. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Relação de Instituições Cadastradas no Departamento de Cana-De-Açúcar e Agroenergia.** Disponível em <<http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sapcana/downloadBaseCompletaInstituicao!downloadArquivo.action>>. Acesso em 06 de julho de 2017.

MPT. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. 09/03/2012. **MPT firma acordo com usina e beneficia município de Porecatu com unidade de saúde.** Disponível em <<https://mpt-prt09.jusbrasil.com.br/noticias/100013004/mpt-firma-acordo-com-usina-e-beneficia-municipio-de-porecatu-com-unidade-de-saude>>. Acesso em 05 de julho de 2017.

MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. 06/03/2014. **Fazenda do Grupo Atalla ocupada pelo MST é improdutivo, afirma Incra.** Disponível em <<http://www.mst.org.br/2014/03/06/fazenda-do-grupo-atalla-ocupada-pelo-mst-e-improdutiva-afirma-incra.html>>. Acesso em 05 de julho de 2017

MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. 19/01/2015. **Sem Terra ocupam duas áreas no Paraná e intensificam a luta pela terra.** Disponível em <<http://www.mst.org.br/2015/01/19/sem-terra-ocupam-duas-areas-no-parana-e-intensificam-a-luta-pela-terra.html>>. Acesso em 05 de julho de 2017.

NOVA CANA. **Usinas.** Disponível em <<https://www.novacana.com/usinas-brasil/>>. Acesso em 05 de julho de 2017.

NOVA PRODUTIVA. COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL. **Cooperativa.** Disponível em <<http://novaprodutiva.com.br/cooperativa/>>. Acesso em 25 de junho de 2017.

O DIÁRIO.COM. 24/06/2007. **Novas usinas dinamizam econômica de cidades da região.** Disponível em <<http://maringa.odiariorio.com/maringa/2007/06/novas-usinas-dinamizam-economia-de-cidades-da-regiao/181829/>>. Acesso em 05 de maio de 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. FARIA, Camila Salles. O processo de Constituição da propriedade da terra no Brasil. In: **Anais do 12 Encuentro de Geografos de América Latina**, 2009, Montevideo. Caminando en una América Latina en transformación. Montevideo: Universidad de la Republica, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. 1. ed. São Paulo: Iánde Editorial, 2015.

PASA. PARANÁ OPERAÇÕES PORTUÁRIAS. **Associados.** Disponível em <<http://www.pasaparanagua.com.br>>. Acesso em 05 de julho de 2017.

RENUKA VALE DO IVAÍ S/A. **Nossa História.** Disponível em <<http://www.valedoivai.com.br/vale1/LinhaTempo/view>>. Acesso em 24 de junho de 2017.

RENUKA VALE DO IVAÍ S/A. **Plano de recuperação judicial**. Disponível em <http://www.valedoivai.com.br/rvdi/rj_docs/Plano_RVDI.pdf>. Acesso em 24 de junho de 2017.

REPÓRTER BRASIL. 11/01/2013. **Mais de 2 mil pessoas foram libertadas da escravidão em 2012**. Disponível em <<http://reporterbrasil.org.br/2013/01/mais-de-2-mil-pessoas-foram-libertadas-da-escravidao-em-2012/>>. Acesso em 05 de julho de 2017.

RMMLEILÕES. RAIMUNDO MAGALHÃES DE MORAES. **Edital de Leilão**. Disponível em <http://www.rmmleiloes.com.br/leilao/detalhe_lote/423/700/6/2017-07-19%2010:00:00>. Acesso em 05 de julho de 2017.

SERRA, Elpídio. Noroeste do Paraná: o avanço das lavouras de cana e a nova dinâmica do uso do solo nas zonas de contato arenito-basalto. **Campo – Território**, v. 1, p. 89-111, 2010.

SOUZA, Marcos Antonio de. **Desdobramentos da territorialização do setor sucroenergético no estado do Paraná**. (Tese de Doutorado em Geografia). Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os nós da cana**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

TRIBUNA DE CIANORTE. 20/07/2015. **Há mais de dois anos sem pagar agricultores, usina fecha as portas**. Disponível em <<http://www.tribunadecianorte.com.br/noticia/ha-mais-de-dois-anos-sem-pagar-agricultores-usina-fecha-as-portas>>. Acesso em 05 de julho de 2017.

USAÇUCAR. USINA SANTA TEREZINHA. **Unidades**. Disponível em <<https://www.usacucar.com.br/unidades.php#menu>>. Acesso em 24 de junho de 2017.

USINA ALTO ALEGRE. **Sobre a Alto Alegre**. Disponível em <<http://www.altoalegre.com.br/sobre.aspx>>. Acesso em 24 de junho de 2017.

USINA ALTO ALEGRE. **Unidade Santo Inácio**. Disponível em <<http://www.altoalegre.com.br/unidades/usi.aspx>>. Acesso em 05 de abril de 2017.

USINA JACAREZINHO. COMPANHIA AGRÍCOLA USINA JACAREZINHO. **Quem somos**. Disponível em <<http://usinajacarezinho.com/quemsomos.asp>>. Acesso em 25 de junho de 2017.

*Recebido em 18 de junho de 2019.
Aceito em 25 de setembro de 2019.*